II CONGRESSO INTERNACIONAL
CALEIDOSCÓPIO
DA CIDADE CONTEMPORÂNEA
05 a 08 de junho de 2017 - Campos dos Goytacazes - RJ - Brasil

REAPROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO:
As margens do Rio Paraíba do Sul na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ

Silvana Monteiro de Castro Carneiro
Instituto Federal Fluminense (IFF/Campos)
silvanacastro.arq@hotmail.com
Elis de Araújo Miranda
Universidade Federal Fluminense (UFF/Campos)
elismiranda10@gmail.com

1- INTRODUÇÃO

Os rios e suas margens, como parte da configuração geográfica, histórica e cultural do espaço urbano em que se inserem, estruturam as paisagens urbanas denominadas “paisagens ribeirinhas” ou paisagens “à beira-rio”. A distinção entre elas se dá pela forma de convivência, existência, identidade construída entre a população e as águas. A primeira indica uma relação íntima entre a vida urbana e o rio, enquanto a segunda aponta para uma relação de proximidade e localização, mas de negação da relação com o rio e a margem oposta da cidade (TRINDADE Jr. e TAVARES, 2008; MIRANDA, 2008).

Como aponta Costa (2002, apud PORATH, 2006, p.163), “[...] sob o aspecto físico e da forma urbana, os rios são geralmente como espinhas dorsais das cidades por onde passam [...], tornando-se muitas vezes eixos de desenvolvimento do desenho da cidade”. Dessa forma, reconhecemos que a água, elemento fundamental para a vida, precisa ser tratada adequadamente e, neste sentido, a consciência da importância da conservação dos rios urbanos e do seu potencial urbanístico, paisagístico e de construção de uma identidade se torna essencial para que se alcance uma convivência saudável das cidades com as suas águas.

No entanto, no Brasil é comum nos depararmos com rios poluídos, o que demonstra a dificuldade da população estabelecer uma convivência saudável com as águas fluviais, especialmente após a Revolução Industrial seguida do processo de urbanização, que provocou mudanças significativas na forma de ocupação das cidades. Lançamentos sem controle de efluentes domésticos e industriais nos rios e a falta de planejamento e/ou gestão dos recursos hídricos representam sérios problemas a serem enfrentados na busca de reversão desse quadro.

Atualmente, é possível identificar, a nível mundial, movimentos em busca de uma nova forma de relação entre o homem e o meio ambiente, que respeite os elementos naturais inseridos no meio urbano, com propostas e implementação de projetos de reconciliação dos rios com as cidades e sua população. É comum lermos notícias sobre despoluição de cursos d’água, obras de parques lineares, criação de áreas de esporte e lazer nas margens de rios, o que demonstra um novo olhar sobre o ambiente urbano por parte de gestores públicos e da sociedade que inclui nas pautas midiáticas a recuperação dos rios e o uso de suas margens integradas à vida urbana.

Ações resultantes de políticas públicas que se voltem à recuperação de matas ciliares perdidas, reordenamento do uso e ocupação do solo às margens de um curso d'água, revisão e adequação da infraestrutura existente, implementação de um urbanismo que valorize ambientes de lazer e convivência, podem promover a reapropriação de um espaço urbano e, assim, modificar significativamente a sua característica, estimulando atividades turísticas, esportivas, culturais e recreativas ou a simples contemplação da paisagem.

Como afirma Costa (2006), os rios, espaços livres de edificação, representam oportunidades para a fruição da paisagem urbana. Uma intervenção que possibilite um maior contato da população com as margens do rio, valorizando-as e ressaltando a visibilidade da água pode representar uma reapropriação do espaço urbano por seu habitante. O simples fato de caminhar ao longo das orlas de um rio, por exemplo, e ter acesso físico à água é um fator determinante no índice de qualidade de vida. A presença de um rio e a possibilidade de atravessá-lo para a outra margem pode se tornar agradável se pontes forem usadas também como terraços que permitem a contemplação da paisagem urbana (COSTA, 2006).

Portanto, reconhecer o potencial cultural da paisagem no entorno de um rio torna-se determinante na definição de diretrizes capazes de alterar a dinâmica urbana, onde a população possa ter um convívio saudável com as estruturas naturais e o rio seja percebido, não apenas como fonte de recursos, mas também e, principalmente, por seu valor simbólico e sua relação com a identidade do/com o lugar.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, o rio Paraíba do Sul foi determinante na sua fundação, na configuração do espaço urbano, na constituição de sua rede de circulação de pessoas, mercadorias, capitais ou informações. À sua margem direita se desenvolveram freguesias e vilas e se estabeleceram portos, pela sua importância como fonte de abastecimento, geração de energia e eixo navegável que ligava Campos ao estado de São Paulo e/ou a capital do estado do Rio de Janeiro a partir da conexão com o mar por meio do canal Campos-Macaé.

Também nas suas águas se davam competições de natação e remo e à sua margem direita concentravam-se competidores, torcedores ou apenas apreciadores dos esportes fluviais, que demonstravam uma relação de pertencimento com aquele espaço. O rio possuía um valor simbólico e representava a identidade daquele ambiente urbano. No entanto, percebemos hoje um distanciamento e a falta de políticas e gestão públicas voltadas para a retomada desta área como um lugar prazeroso.

Com a intenção de reafirmar a importância da reapropriação do ambiente urbano que se deteriorou pelo mau uso, chamando a atenção para as possibilidades de reintegração do rio Paraíba do Sul com o espaço urbano de Campos, esse estudo se inspira em alguns exemplos de intervenções bem sucedidas que podem ser referências para possíveis projetos nas margens direita e esquerda da área urbana de Campos.

Em entrevista dada à revista Carta Capital, o arquiteto e urbanista Jaime Lerner aponta que "o rio é que aproxima o cidadão de sua cidade". Na sua visão, todo cidadão deveria adotar um curso d'água, que representa "uma referência fundamental do retrato de família que é uma

cidade." Ele ressalta a qualidade de vida que um rio pode proporcionar e lamenta o fato de as cidades estarem escondendo-o ou dando as costas para eles, "como se fossem entidades indesejáveis." Cita a corajosa iniciativa de Seul ao derrubar elevados e transformá-los em boulevares fluviais com calçadões de pedestres. E questiona: "o que seria de Londres sem o Tâmisa, Roma sem o Tibre, Paris sem o Sena, Viena e Budapeste sem o Danúbio?". Esta questão nos conduz a uma reflexão: existiria a cidade de Campos dos Goytacazes, com esta configuração em que se encontra hoje, sem o Paraíba do Sul? (CARTA CAPITAL, 2014, apud CARNEIRO, 2015, p.38).

2- OBJETIVOS

Diante do exposto, este trabalho apresenta como objetivo geral a observação das transformações que se deram nas margens do rio Paraíba do Sul no trecho urbano de Campos dos Goytacazes, compreendido entre as pontes Saturnino de Brito e General Dutra, vislumbrando a possibilidade de se promover uma reapropriação deste espaço público, como forma de resgatar a identidade coletiva da população campista.

Como objetivos específicos, buscamos: identificar as formas atuais de ocupação do trecho delimitado; registrar os planos e legislações urbanísticas que tratam do uso do solo na área estudada; estimular a consciência sobre a importância de se promover a reapropriação das margens do rio Paraíba do Sul.

3- METODOLOGIA

Seguindo as orientações de Lamas, de que "o tempo é fundamental para compreender o território como objeto físico e também para posicionar a intervenção do arquiteto: intervenção num dado momento que modifica a forma existente e que poderá também sofrer um processo de evolução", a metodologia utilizada, de caráter qualitativo, contempla pesquisas em bibliografia e documentos pertinentes, que permitiram um embasamento teórico-conceitual e o conhecimento de informações legais relativas aos planos e políticas urbanas previstas para a área de estudo. Também foi feita pesquisa de campo, seguindo um roteiro de observação que possibilitou a identificação das práticas socioespaciais atuais, comparando-as com as passadas, registradas em fotografias. Além disso, entrevistas aplicadas a moradores da cidade colaboraram com o entendimento da relação destes com o rio Paraíba do Sul.

4- RESULTADOS PRELIMINARES: Intervenções Urbanas e a Produção da Paisagem

O conhecimento da história de um lugar, dos seus usos e potencialidades, é essencial para que se possa propor a sua reapropriação, propiciando novas relações sociais e

contribuindo com a sua vitalidade. Corrêa (2003) aponta que o espaço adquire diferentes dimensões e formas, representando valores e significados distintos para os que nele vivem e para os que o observam. Diante desta orientação, entendemos que uma intervenção urbana envolve diferentes ações e atores, que desempenham um papel fundamental na construção e na transformação dos espaços públicos. As tendências do mercado capitalista têm, muitas vezes, deixado em segundo plano o habitante da cidade, que passa a ser vista como mercadoria, objeto de disputas, em detrimento da valorização das suas funções social, simbólica e cultural.

Numa visão crítica a essa realidade e em defesa da dimensão humana, Gehl (2013, p.6) destaca "como objetivo-chave para o futuro, um maior foco sobre as necessidades das pessoas que utilizam as cidades", entendendo que as áreas destinadas a pedestres devem ser reforçadas "como uma política urbana integrada para desenvolver cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis". E complementa que a cidade torna-se viva "sempre que mais pessoas sintam-se convidadas a caminhar, pedalar ou permanecer nos espaços da cidade". Gehl cita Jane Jacobs, jornalista e escritora americana, como a primeira pessoa a lutar por uma mudança no modo de se construir cidades, defendendo a diversidade de usos do espaço urbano, que ocorre essencialmente nas ruas e calçadas.

Também corroborando com essa visão, Lefebvre (2004) vê a rua como um espaço potencial onde se dão os encontros, as trocas, a festa. A festa como sendo o momento mais sublime da existência na cidade, o ápice da convivência no espaço público. O autor chama a atenção para o uso mercadológico na reapropriação dos espaços públicos e nos diversos modos possíveis de intervenção, tratados a seguir.

A Carta de Lisboa[1] define algumas formas de intervenções urbanas, que contemplam, dentre outras: renovação, reabilitação, revitalização e requalificação. Entendendo que todos esses termos conduzem a uma reapropriação do espaço, explicitamos aqui as definições dadas por esse documento a cada um deles.

Renovação é entendida como uma ação que "implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e sua consequente substituição por um novo padrão urbano". A construção de novas edificações atribui uma nova estrutura funcional à área, onde "não se reconhece valor como patrimônio arquitetônico ou conjunto urbano a preservar".

Reabilitação se refere a uma "estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais". Tem como finalidade melhorar a qualidade de vida das populações residentes, com melhoramento das condições físicas da área construída e

[1] A Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada é um documento que resultou do 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, realizado em Lisboa, de 21 a 27 de outubro de 1995.

"instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito".

Revitalização contempla "operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência". Remetendo à reabilitação urbana, aplica-se, no entanto, "a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas".

Requalificação adequa-se, especialmente, "a locais funcionais da habitação; trata-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual". Quando um espaço é requalificado significa que queremos atribuir a ele uma nova função ou novas funções.

A Carta de Lisboa identifica renovação, reabilitação, revitalização e requalificação como técnicas da reabilitação integrada, "contributo inovador para a preservação e vivificação do patrimônio cultural das cidades, na vertente do edificado como do tecido social que o habita e lhe assegura identidade"

Cidades que se voltam para o rio, tirando proveito dele, como elemento constituinte do ambiente e da cultura local, despertam a atenção, pela relação diferenciada da sua população com o curso d'água, que resulta em benefícios à mesma.

Campos dos Goytacazes, maior município do estado do Rio de Janeiro, nasceu em uma planície fluvial, à margem direita do rio Paraíba do Sul e cresceu a partir de dois eixos: o rio, importante meio de transporte de pessoas e mercadorias, e a Praça de São Salvador, onde se davam as relações sociais e culturais entre os seus habitantes.

No período de novembro a janeiro, o mais chuvoso na região, ocorrem cheias no Paraíba que, muitas vezes, inundam a cidade, provocando grandes transtornos. Como relata Pinto (2006), quando o rio transborda, penetra as margens, invade as ruas calçadas e desloca a população pobre que habita as áreas ribeirinhas, trazendo aflição à população campista. Com o objetivo de coibir esse avanço das águas pela cidade, na década de 1960 foram construídos diques ao longo das margens do rio, no trecho urbano, o que contribuiu também com o afastamento do contato mais direto das pessoas com o curso d'água.

O Paraíba do Sul foi perdendo a sua importância como via de circulação, a princípio com o advento das estradas ferroviárias e, após, com a chegada das rodovias. As suas margens, antes ocupadas pelo movimento dos portos e pelas relações sociais, quando ali aconteciam atividades esportivas, vão tendo os seus usos alterados. Esses diferentes valores e usos atribuídos ao rio no decorrer do tempo exercem influências significativas na paisagem urbana, que é composta por registros de épocas diversas.

A cidade de Campos se consolidou, a princípio, pelas atividades agropecuária e sucroalcooleira e, após o declínio destas, passou por um longo período de decadência econômica, até a retomada da economia, com a exploração do petróleo, a partir da década de 1970. Atualmente, além da relação com a economia petrolífera, a construção do Complexo

Portuário do Açu, no município vizinho, São João da Barra, tem trazido para Campos um novo contingente populacional. Também por ter se tornado um pólo universitário, a cidade abrange uma população flutuante, composta de professores e estudantes de municípios vizinhos.

Essas alterações na economia predominante e nas relações sociais vêm modificando os usos do espaço central e a paisagem da cidade, que recebe novas construções, na maior parte verticalizadas. Entretanto, as margens do rio permanecem sem intervenção urbanística, tanto pelo poder público quanto pelos empreendedores e agentes imobiliários, o que reafirma a falta de visão para esse bem e o não cumprimento do planejamento, expresso na legislação urbanística municipal.

Neste contexto, o estudo dos planos urbanísticos e das intervenções que se deram no período de 1834 à década de 1940 e a partir de 1979, contribuiu para a compreensão das transformações ocorridas ao longo das margens do rio Paraíba do Sul, pelo olhar dos seus gestores públicos.

Cabe ressaltar a distinção da gestão do espaço urbano em diferentes temporalidades, na elaboração de planos urbanísticos, a princípio, e de planejamento, a partir do plano urbanístico de 1979 (PDUC) e dos planos diretores de 1991 e 2008.

O município de Campos dos Goytacazes, por sua importância econômica e política para a região Norte do Estado do Rio de Janeiro, desde quando Villa recebeu melhorias urbanas, contemplando alargamentos e pavimentações de vias, para facilitar a circulação e o escoamento de mercadorias. O núcleo urbano da cidade ocupava a margem direita do rio, como evidenciado no cartograma de Campos (figura 1), onde a margem esquerda não é representada.

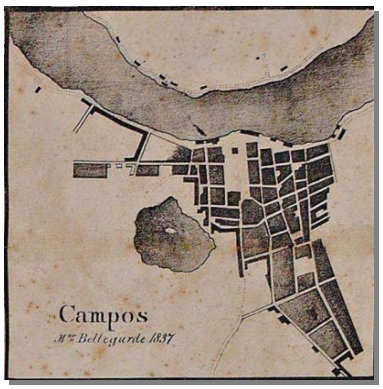

Figura 1: Cartograma de Campos - 1837
Fonte: INEPAC, 2015

O Plano Pralon limitava-se à região central, onde se destacou a valorização do espaço livre, utilizando-se nas quadras um traçado retilíneo, tipo “tabuleiro de xadrez”. Teve como foco o embelezamento do centro da cidade e a sua inserção no processo de modernização do país. Neste sentido, foi construído o Canal Campos Macaé e instalada a Estação Ferroviária.

Com o discurso higienista Saturnino planeja e promove grandes intervenções na área urbana, com alterações significativas na sua configuração – embelezamento e melhor funcionalidade da cidade. Nessa época, havia também a intenção de projetar Campos na região e na política estadual, visando transformá-la na capital do Estado. Neste plano, a região de Guarus, na margem esquerda do rio, passa a ser considerada.

O Plano de Reordenação Urbana da Cidade de Campos, desenvolvido por Coimbra Bueno, em conjunto com o arquiteto e urbanista francês Alfred Agache, planeja um novo projeto para a cidade, com propostas de aberturas e alargamento de vias, expansão da rede de água e esgoto, modernização da infraestrutura existente e ampliação em direção à periferia da cidade, reformulação de jardins existentes e criação de novos parques e jardins, como o Jardim de Alah. Este plano é considerado o estudo mais detalhado feito para a cidade, sob o enfoque histórico e cartográfico, com remodelação de traçados urbanos e obras viárias que até hoje são executadas.

O Plano de Desenvolvimento Urbano de Campos objetivou a correção das irregularidades no tecido urbano, desenvolvendo assim um conjunto de leis, entre elas: Lei de Perímetros Urbanos, Lei de Zoneamento e Uso do Solo, Lei de Parcelamento do Solo e Código de Obras, com o objetivo de exercer um controle sobre obras privadas.

Em um novo contexto, iniciam-se intervenções já incorporadas à idéia de planejamento, com os planos diretores. O Plano Diretor de 1991, implantado após o regime ditatorial e a redemocratização do país, objetivou promover a ordenação do solo municipal, com valorização do centro da cidade, apresentando parâmetros também para a ocupação da periferia, que se expandia. É mantida a configuração urbanística do Plano de Coimbra Bueno.

O Plano Diretor de 2008, elaborado após o Estatuto da Cidade (2001), seguindo as premissas estabelecidas por esta lei, foi desenvolvido de forma participativa. Nele, o rio Paraíba do Sul é contemplado como um bem natural de grande valor, situado em Área de Especial Interesse de Recuperação e Valorização Paisagística (Figura 2) que compreende espaços que podem contribuir para a formação de ambiências urbanas que, requalificados paisagística e ambientalmente, sirvam à fruição e ao lazer da população. O incentivo à prática do remo e da vela em seu curso é considerado uma das medidas prioritárias de gerenciamento para o esporte e lazer em Campos dos Goytacazes. Também como forma de valorizar o patrimônio natural e cultural, o Plano aponta o aproveitamento do Rio Paraíba do Sul como eixo cultural, ambiental e econômico, incentivando a implantação de atividades turísticas e de lazer, tais como restaurantes flutuantes, passeios de barco, prática de remo e canoagem. Em consonância com o Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo permite várias possibilidades para a área, que contempla a Zona Centro Histórica (ZCH), a Zona de Comércio Principal (ZCP) em ambos os lados do rio, as Zonas Residenciais 3 e 4, além de áreas destinadas ao Setor Especial Recreativo (SER), às margens do rio.

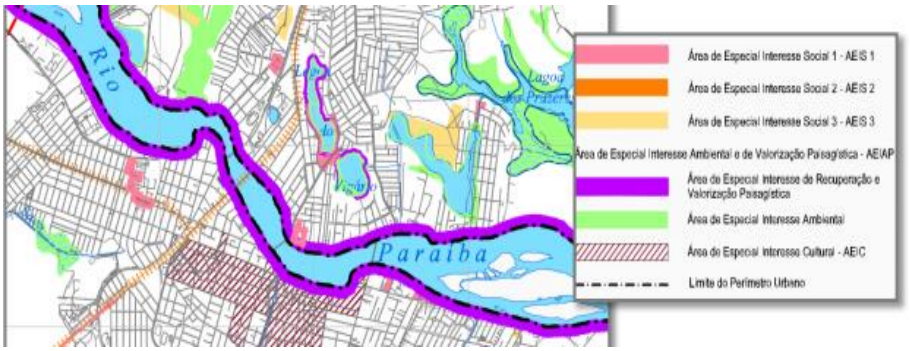

Figura 2: Mapa de Áreas de Especial Interesse (Plano Diretor)
Fonte: Campos dos Goytacazes (2008a.).

Apesar de definidas para tal finalidade, é possível perceber que as únicas intervenções destinadas à recreação são alguns antigos quiosques na orla esquerda, que não valorizam a presença do rio, fato confirmado pelas entrevistas realizadas pelas autoras deste estudo, o que reafirma a necessidade de transformar a realidade que hoje se apresenta, seguindo modelos de outras cidades do mundo.

Através de consultas e visitas à área objeto desta pesquisa, observamos que as orlas do rio Paraíba do Sul apresentam características variadas ao longo do seu percurso. Diferentes usos e ocupações configuram a paisagem, que hora se enriquece por construções de valor patrimonial, hora se vê degradada por lançamento de efluentes e despejo de lixos no rio e por ocupações irregulares que provocaram desmatamento das matas ciliares.

Um estudo das mudanças e permanências na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes, aliado à visão de quem vivencia o espaço estudado, leva as autoras desta pesquisa a perceberem o quanto o rio Paraíba do Sul está hoje esquecido no contexto desta cidade. Uma comparação dos usos do passado com os atuais indica que a sua área central, que vivenciou uma relação de prazer com o curso d'água e com a sua população, não é mais a mesma. Sobre esta transformação, Maia (2003, p.10) destaca a importância das sensações experimentadas pelo homem e comenta que o rio Paraíba do Sul, na cidade de Campos, perdeu o seu significado por não ser mais "sentido" pelas novas gerações.

Importa, pois, estimular ações que modifiquem esse quadro, trazendo de volta essa área da cidade de Campos para as pessoas, de forma a recriar as relações de pertencimento que se perderam ao longo dos tempos. Projetos que apresentem soluções comprometidas com a qualidade socioambiental e proporcionem à população campista novas formas de uso das orlas do rio Paraíba do Sul são capazes de devolver a este curso d'água o seu papel de protagonista na cena urbana.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo que os rios são essenciais à vitalidade e ao desenvolvimento das civilizações, esta pesquisa visa contribuir com a formação de um novo olhar sobre o rio Paraíba do Sul e as suas margens, entendendo a sua importância na formação da cidade de Campos dos Goytacazes e ressaltando-o como elemento relevante na paisagem desta cidade, onde estão expressas a cultura e as práticas sociais e econômicas realizadas pelo homem. Neste contexto, ressaltamos o processo de urbanização, que interferiu significativamente na dinâmica das cidades, tanto na sua configuração física quanto nos vetores econômico, social e cultural.

A concentração populacional nas áreas urbanas, com ocupação das margens dos rios por habitações e sistemas viários, junto à poluição dos cursos d'água e eliminação das matas ciliares, favoreceu a formação do quadro atual, de não reconhecimento do rio como um bem natural a ser preservado, valorizado e explorado para atividades esportivas e de lazer, podendo oferecer, em suas margens, prazerosos espaços de convívio e contemplação.

Com o objetivo de reverter o processo de degradação ambiental e a relação homem/natureza, a partir da década de 1960 reflexões seguidas de ações, a nível mundial, apontam a necessidade de implementar políticas normativas para salvaguardas ambientais, gestão dos recursos naturais e, mais recentemente, o desenvolvimento sustentável surge como meta a ser alcançada. Neste viés, países criaram ou revisaram sua legislação pertinente.

O Brasil, embora apresente leis e órgãos governamentais específicos, com autonomia aos municípios para a gestão de seu território, ainda carece de políticas públicas que priorizem ações de infraestrutura que contemplem tratamento de esgotos, de forma a evitar o despejo de dejetos nos corpos d'água. É possível identificar formas de ocupação das orlas que ignoram os princípios de preservação, causando agressões ao meio ambiente, e intervenções negativas nas paisagens e na identidade da população com o espaço urbano onde vivencia.

A cidade de Campos dos Goytacazes, não diferente da maioria das cidades ribeirinhas ou à beira de rios situadas no Brasil, tem hoje com o rio Paraíba do Sul uma relação distante e conflituosa. Entendemos que alterar esse quadro requer uma conscientização de toda a população campista e do poder público municipal quanto à necessidade de recuperar essas áreas, como parte do processo de requalificação do centro da cidade, com intervenções que contemplem o desenvolvimento urbano a partir da valorização do rio como um potencial natural e patrimônio local, integrando-o à vida do cidadão e incentivando uma relação de pertencimento. Corroborando com Santos (1988, apud PAES, 2006, p.15), acreditamos que "as pessoas que conseguem distinguir a 'cara' do lugar em que vivem e lembrar como era e como evoluiu e chegou a ser o que é se sentem mais seguras, têm a sensação mais forte de serem dali". Esta visão foi confirmada nas entrevistas realizadas pelas autoras desta pesquisa.

As cidades que se reconciliaram com os seus cursos d'água demonstram que a utilização dos rios para navegação ou prática de esportes aquáticos e de suas orlas urbanas como áreas de convívio, lazer ou contemplação possibilitam um contato físico e visual da população com as águas e, assim, um maior cuidado com esse bem. Nesse viés, o poeta Mário Quintana questiona: "Haverá ainda, no mundo, coisas tão simples e tão puras como água bebida na concha das mãos?", o que fortalece a nossa reflexão e o reconhecimento do rio Paraíba do Sul como um patrimônio natural relevante no contexto urbano e histórico de Campos dos Goytacazes, possuidor de um expressivo simbolismo para a sua população e, portanto, atrativo para uma relação de proximidade.

Reconhecendo as áreas públicas livres como potenciais no planejamento urbano, entendemos que grandes benefícios teria a cidade de Campos dos Goytacazes por intervenções que propiciassem um ressignificado aos espaços livres situados nas orlas do rio Paraíba do Sul, que deveria voltar a atuar como protagonista no cenário urbano. Recuperação do patrimônio arquitetônico, alterações na paisagem, na relação da população com o meio urbano e no uso do solo influenciariam na economia da cidade e a possibilidade de praticar esportes e passeios de barco no rio fomentaria o turismo na região. Neste pensamento, propomos ações que promovam a reapropriação das margens do rio, como um espaço vivo e dinâmico, um lugar de encontro, de alegria, capaz de ser atrativo inclusive à noite. Acreditamos que um diálogo entre setores público, privado e pesquisadores pode possibilitar que políticas públicas se dêem de acordo com os desejos da população.

6-REFERÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Carta de Reabilitação Urbana Integrada – Carta de Lisboa. In: **1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Centros Históricos**. Lisboa, 1995.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei número 7.972, de 31 de março de 2008**: institui o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes.

_____. **Lei número 7.974, de 31 de março de 2008**: institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Campos dos Goytacazes.

CARNEIRO, Silvana M. de Castro. **À margem da cidade**: o rio Paraíba do Sul na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

CORREA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

COSTA, Lucia M. S. A. Rios urbanos e o desenho da paisagem. In: _____ (org.). **Rios e paisagens urbanas**: em cidades brasileiras. Rio de Janeiro: PROURB, 2006, p. 9-15.

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoas** / Jan Gehl; tradução Anita Di Marco. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MAIA, Rita M. de A. (org). **O rio da minha aldeia**: memória e poesia. Rio de Janeiro: Fotolitos: ACE, 2003.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenklan, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

MIRANDA, Elis. Cametá: análise de uma paisagem amazônica. In: Saint-Clair C. da Trindade Jr e Maria Goretti da Costa Tavares (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. 1º ed. Belém: EDUFPA, 2008, v. 1, p. 93-107.

PAES, Sylvia. **Os Impasses da revitalização da área central da cidade de Campos dos Goytacazes** (1991-2005). Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2006.

PINTO, Jorge R. P. **Um pedaço de terra chamado Campos***:* sua geografia e seu progresso*.* Campos dos Goytacazes: Fundação Jornalista Oswaldo Cruz, 2006.

PORATH, Soraia L.; AFONSO, Sonia. A paisagem do Rio Itajaí-Açu na cidade de Blumenau/SC. In: COSTA, Lucia M. S. A. (org.). **Rios e paisagens urbanas**: em cidades brasileiras. Rio de Janeiro: PROURB, 2006, p. 163-176.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs). **Cidades ribeirinhas na Amazonia**. Belém: FASE, 2008.